



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

REQUERIMENTO Nº / 14 (Do Sr. Nilson Leitão)

Requer seja realizada reunião de Mesa Redonda, em Sinop - MT, para debater o pacto federativo, especialmente nas atribuições dos municípios para com a educação, saúde e segurança pública.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do RICD que, ouvida a Comissão, seja realizada reunião de Mesa Redonda, em Sinop - MT, para debater o pacto federativo, especialmente nas atribuições dos municípios para com a educação, saúde e segurança pública.

Indicamos para debater o tema:

- Representante da Assembleia Legislativa do Mato Grosso;
- Representante do Poder Judiciário
- Sr. Presidente da Câmara de Vereadores Sinop
- Sr Vereador Fernando Assunção
- Representante da indústria e comércio
- Representante do Setor Rural



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Novo pacto federativo entre União, Estado e municípios precisa ser debatido por Lideranças dos setores político e econômico para buscar proposta de melhor divisão das receitas entre União, Estados e municípios, o pacto federativo. Atualmente os percentuais, 60% para governo federal, 23% para o estado e 17% para o município, não atendem os estados e municípios.

A distribuição de recursos em relação a quantidade de impostos arrecadados é uma injustiça. A concentração está cada vez mais evidente e traz dificuldades. Os Estados e municípios precisam de mais atenção para atender as demandas básicas

Apesar de diferentes posicionamentos sobre a forma de divisão, todos são unânimes nos desejos por mudança na redistribuição dos recursos e maior autonomia aos estados e municípios. O debate engrossa ainda o discurso pela necessidade das reformas política, tributária e federalista, Esse assunto precisa estar na pauta.

Estado e municípios vem debatendo o novo pacto federativo, defendendo mais recursos aos Estados e municípios para garantir melhor atendimento em setores prioritários, como saúde, educação e segurança pública. Em um país com as maiores cargas tributárias que não consegue oferecer serviços básicos a população, algo está errado. Precisamos construir alternativas e caminhos, a repactuação é um deles. A crítica não é ao governo, mas ao modelo, que está equivocado.

O aumento das despesas e a redução da arrecadação levaram os municípios a beira da falência e ressaltam a importância da reforma federativa. Os municípios estão com a faca



CÂMARA DOS DEPUTADOS

no pescoço. Atualmente alguns reivindicam 2% a mais do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), 10% da contribuição do país, e a participação dos municípios no debate de projetos que envolvem recursos.

Os Estados, ao caminharem coletivamente no sistema de concentração de recursos, prática absolutista dos governantes centrais, estão pondo em xeque a democracia, o desconhecimento da União às causas e problemas locais como são a principal causa da ineficiência governamental.

Só um acordo nacional que garanta não só um novo pacto federativo, mas uma reforma política e tributária, será capaz de mudar de forma racional e equilibrada a situação vivida pelo país. Hoje, toda vez que se fala em reforma tributária, o governo aumenta impostos. Por que? Porque a despesa pública cresce todos os anos, em uma década passou de 14% do PIB para 23%. Não dá para falar em reforma tributária sem controlar o gasto.

O desenvolvimento acontece nas regiões, nos municípios, nos Estados. Precisamos de uma nova forma de dividir e distribuir os recursos públicos.

Portanto, entendemos que a promoção desse debate é de suma importância para o desenvolvimento do país e conto com a aprovação dos Pares para aprovação do requerimento.

Sala da Comissão, em de julho de 2014.

Dep. Nilson Leitão
PSDB/MT